

MANUSCRITOS E IMPRESSOS: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE UMA ESFERA PÚBLICA DE PODER NO PERÍODO REGENCIAL

Manuscripts and printed documents: contributions to the formation of a public sphere of power in the Regency Period in Brazil

*Estefânia Cristina da Costa Mendes**

RESUMO: O objetivo deste artigo é ressaltar, com base em autores como Basile (2014, 2011), Moreira (2006, 2011), Morel (2003, 2005), entre outros, a importância de manuscritos e impressos do Período Regencial para a construção de uma *esfera pública de poder*. Revisitamos sumariamente o período em questão, reconhecendo-o como momento-chave para a construção da nação brasileira. Destacamos a imprensa como uma das principais ferramentas que contribuíram para essa edificação. Os atores que protagonizavam nesse cenário, os diferentes tipos de suporte e as práticas de leitura, bem como a formação dos espaços públicos também foram mencionados. Em seguida, discorreremos brevemente sobre a instalação das primeiras tipografias mineiras. Destacamos a *Typographia de Silva*, na qual foi editado e impresso o *Diccionario da Lingua Brasileira*. Por meio dessa breve revisão da literatura, constatou-se que os periódicos, especialmente, contribuíram amplamente para a ampliação da *esfera pública de discussão política*, interligando sujeitos em diferentes locais.

Palavras-chave: Período Regencial; Manuscritos; Impressos; Esfera pública de poder.

ABSTRACT: *The aim of this article is to highlight the importance of printed documents and manuscripts in the Regency Period for the building of a public sphere of power, based on authors such as Basile (2014, 2011), Moreira (2006, 2011), Morel (2003, 2005), among others. The period in question was summarily revisited, due to its acknowledgment as a key moment to the building of the Brazilian nation. The press is highlighted as one the main tools for this construction. The authors who featured in that scenery, the different types of support and the reading practices as well as the creation of public spaces were also mentioned. Hereupon, the establishment of the first typographies in Minas Gerais region will be briefly discussed. The Typographia de Silva was highlighted as the place where the Diccionario da Lingua Brasileira was printed and published. Through this brief review of literature, it was verified that especially the periodicals strongly contributed for the expansion of the public sphere of political discussion, connecting subjects in different locals.*

Keywords: *Regency Period; Manuscripts, Printed documents, Public sphere of power.*

* Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. E-mail: estefaniaccosta@hotmail.com

Introdução

Para muitos historiadores, o Período Regencial é marcado pelas divergências políticas e pelo grande número de revoltas. No entanto, podemos dizer que esse também foi um período de grandes transformações da sociedade brasileira. Um dos instrumentos que propiciaram essas mudanças foi a imprensa. Ela se configurava como uma das principais ferramentas de ação política desse período.

As informações chegavam a diversas regiões do Império, seja por meio dos impressos ou dos manuscritos, que ainda conviveram por algum tempo com o primeiro tipo de suporte citado, seja pela via oral, que possibilitava a inclusão dos analfabetos nos debates que se espalhavam pelas casas, tabernas, praças públicas etc. A instalação das primeiras tipografias também contribuiu para a formação dos espaços públicos.

Este trabalho objetiva mostrar a importância de manuscritos e impressos do Período Regencial para a construção de uma *esfera pública de poder*. Para alcançarmos este objetivo, dividimo-lo em três partes.

Primeiramente, revisitamos sumariamente o período em questão, sob uma ótica mais positiva, reconhecendo-o como momento-chave para a construção da nação brasileira. Destacamos, ainda, a imprensa como uma das principais ferramentas que contribuíram para essa edificação. Os atores (autores e leitores) que protagonizavam nesse cenário, os diferentes tipos de suporte e as práticas de leitura, bem como a formação dos espaços públicos também foram mencionados.

Em seguida, discorreremos brevemente sobre a instalação das primeiras tipografias mineiras, fato que também contribuiu para a disseminação dos espaços públicos. Destacamos a *Typographia de Silva*, na qual o próprio proprietário, Luís Maria da Silva Pinto, figura bastante respeitada naquele período, editou, além de obras de caráter oficial, o *Diccionario da Lingua Brasileira*. Esse enfoque justifica-se pelo fato de a obra ser considerada o primeiro dicionário impresso no Brasil, mais especificadamente na cidade de Ouro Preto-MG. Ficou praticamente desconhecido dos pesquisadores até fins do século XX.

Por fim, partimos para as considerações finais.

Vejamos, agora, algumas considerações sobre esse período.

1 Período Regencial (1831 a 1840)

O Primeiro Reinado tem fim com a abdicação do imperador Dom Pedro I. Como seu filho, herdeiro do trono, tinha apenas 5 anos de idade, a Constituição brasileira do período determinou que o país fosse governado por regentes até que Dom Pedro de Alcântara atingisse a maioridade. Nesse período, o Brasil teve várias regências: Regência Trina Provisória (1831), Regência Trina Permanente (1831-1835), Regência Una de Feijó (1835-1837) e Regência Una de Araújo Lima (1838-1840).

Basile (2011) esclarece que a crise produzida, primeiro pela oposição a Dom Pedro I e depois na disputa pelo governo regencial, aliada à vacância do trono e à falta de unidade até então observada da elite política imperial, propiciou a formação de facções distintas, munidas de diferentes projetos. Por outro lado, observa o autor que essa mesma crise também facilitou a entrada em cena de novos atores políticos e de camadas sociais até então excluídas de qualquer participação mais ativa.

A edificação da nação, nesse momento, segundo Basile (2011), passava pela via do espaço público, sendo marcada por autênticas “guerras de opiniões”, por “guerras de doutrinas”. O autor salienta que se as diferenças dificultavam a união dos habitantes do Império em torno de um mesmo princípio político, não impediam a identificação desses indivíduos com a tão desejada nação.

A seguinte passagem sintetiza bem o cenário no qual o Período Regencial se firmou:

Nas principais cidades do Império, assiste-se à politização das ruas; a política ultrapassa o tradicional espaço dos círculos palacianos e das instituições representativas e transborda para a emergente esfera pública, valorizada como instância legítima de participação, palco de desenvolvimento de uma embrionária, porém ativa, opinião pública (BASILE, 2011, p. 62).

Nessa efervescência da opinião pública, a imprensa tem papel fundamental. Segundo Morel (2003, p. 10), o Período Regencial representou “momento de explosão da palavra pública em suas múltiplas (e nem sempre tranquilizadoras) possibilidades, momento de pluralidade que, se não foi puramente ‘desordeiro’, também não significou somente expressão de posições monolíticas definidas”. Corroborando com esta afirmação, Basile (2011) expõe que a imprensa, assim como o Parlamento, as

associações, as manifestações cívicas e os movimentos de protesto ou de revolta, constituíram os instrumentos principais de ação política no Período Regencial.

Basile (2011) afirma que, apesar de o Período Regencial também ser estudado por uma ótica mais positiva, como fase de triunfo das liberdades necessárias ao progresso da nação, momento que teria sido interrompido com a ascensão do “regresso”, o período é tradicionalmente visto sob a perspectiva negativa, que o caracteriza como “época anárquica e anômala, como empecilho à formação e à preservação da nação brasileira” (BASILE, 2011, p. 55).

Um dos instrumentos de ação política da época, as revoltas, é visto, por muitos historiadores, como marca desse período. Segundo Basile (2011), a vacância do trono, a fraca coesão entre as elites, a intensa participação popular, as rivalidades políticas e as tensões sociais, em muitos momentos, contribuía para a eclosão de manifestações que, muitas vezes, terminavam em violência. Entre as várias revoltas deflagradas durante as Regências, citam-se a Balaiada no Maranhão, a Cabanagem no Pará, a Sabinada na Bahia, e a Revolução Farroupilha na região sul.

Morel (2003) observa que o Período Regencial foi tachado de caótico, desordenado, anárquico, turbulento entre outros, sendo esse o discurso de parte dos grupos dirigentes da época, envolvidos nos embates de construção do Estado Nacional Brasileiro que buscavam formas de legitimar o exercício do poder e de coerção. O autor acrescenta que esse discurso perpetua-se em alguns ramos da historiografia ainda hoje.

Basile (2011, p. 68) também comenta o fato de as Regências serem denominadas como período “anômico e anômalo”, que representava ameaça e empecilho à integridade nacional, segundo a visão cristalizada da produção conservadora do Segundo Reinado.

Não se exclui aqui, no entanto, a importância dos movimentos revoltosos para a história do Brasil. Concordando com Basile (2011) e Morel (2003), acreditamos que tais manifestações devam ser vistas como ações mobilizadoras, lugares de exercício informal da cidadania que contribuíram para a construção da nação brasileira.

Mesmo com o grande número de revoltas que ameaçaram até mesmo a unidade do país, foi durante o Período Regencial que as elites nacionais tomaram o poder político, afastaram definitivamente o perigo de recolonização do Brasil e consolidaram o Estado nacional.

A importância do Período Regencial, para Morel (2003), coloca-se pelo fato de ele ter sido chave para a construção da nação brasileira, quando, ao custo de muitas vidas e despesas, garantiu-se a independência e o caminho para uma ordem nacional, com determinadas características. O autor sintetiza o período da seguinte forma: “penso que o Período Regencial pode ser visto como um grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais, como ocorreu em poucos momentos da história do Brasil” (MOREL, 2003, p. 9).

Gonçalves (2008) aponta Minas Gerais como foco privilegiado desse momento histórico, pois passa por um processo que

remonta à constituição de um mercado que, a partir da economia mineradora, articula as diversas províncias, com destaque para o Centro-Sul; por seus vínculos com a Corte instalada no Rio de Janeiro; pela projeção que adquirem, no Período Regencial, ‘as tropas da moderação’, pela intensa mobilização de escravos e forros na província, além da atuação destacada de membros de sua elite no processo de ‘afirmação de uma esfera pública de poder’ e construção de uma hegemonia liberal (GONÇALVES, 2008, p. 33).

Na próxima seção, destacaremos a imprensa mineira e a constituição de uma esfera pública de poder.

Todo o contexto de crise pela descentralização do poder, pelas discrepâncias políticas e pelos movimentos revoltosos, no Período Regencial, levou à reintrodução da autoridade monárquica. Em 23 de julho de 1840, com o apoio dos Liberais, ocorreu o Golpe da Maioridade, por meio do qual foi antecipada pelo Senado Federal a maioria de Dom Pedro II e declarado o fim das Regências.

Passemos agora para as considerações sobre a imprensa do Período Regencial.

2 A imprensa mineira no Período Regencial e a formação de uma esfera pública de poder

Analisar as práticas relativas ao impresso, segundo Moreira (2011), permite-nos identificar elementos constitutivos de uma “esfera pública de poder” no Período Regencial.

Sobre a definição de “esfera pública”, Moreira (2011) contrasta a definição dada por três estudiosos. Para o filósofo alemão Jürgen Habermas¹, a esfera pública pode ser compreendida como um espaço embasado na identidade fictícia das pessoas privadas, reunidas em um público, isto é, em um ambiente comum caracterizado pela igualdade de seus membros, os quais são capazes de fazer uso público da razão por meio de debates oral ou escrito. Diferentemente de Habermas, James Von Horn Melton² apresenta uma concepção de esfera pública que ultrapassava o ambiente burguês, envolvendo sujeitos que possuíam determinado grau de educação, independentemente do estrato social de que provieram. Leonardo Avritzer³ esclarece que não podemos nos limitar a conceber uma esfera pública nos termos de um espaço seletivo, mas como um ambiente formado por um conjunto de atores sociais com diversidades social, cultural e de gênero.

Para identificarmos uma esfera pública de poder no Período Regencial, discorreremos brevemente sobre os atores (autores e leitores), sobre os espaços públicos em formação, sobre as práticas de leitura e sobre os suportes (manuscritos e impressos). Em seguida, alguns dados sobre a instalação das primeiras tipografias em Minas Gerais serão apresentados.

2.1 Atores, formação de espaços públicos, práticas de leitura e suportes

Como vimos na seção 2 sobre o Brasil Regencial, a imprensa se configurava como um dos principais instrumentos de ação política desse período. Segundo Morel (2003), com a abdicação de Dom Pedro I, o ambiente cultural transformou-se, representando ampliação e diversificação na esfera pública cultural e literária. O autor ainda relata que, mesmo com a falta de estudos sistemáticos, não se pode questionar a ampliação que ocorre nesse momento do público leitor e da quantidade de impressos (livros, jornais, manifestos, relatórios, poemas etc.). Além disso, assistiu-se à acentuação da diversidade de debates e da disseminação da palavra rimada. Neste período também surge o Romantismo.

²HABERMAS, Jürgen. Estruturas sociais da esfera pública. In: *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad.: Flávio R. Kothe. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 42-74.

³MELTON, James Van Horn. *The rise of the public in Elightenment Europe*. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 11-12.

⁴AVRITZER, Leonardo. Esfera pública. In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 136.

No Brasil, aponta Morel (2003), o surgimento da imprensa acompanha e vincula-se às transformações dos espaços públicos, à modernização política e cultural das instituições, ao processo de independência e de construção do Estado Nacional. Para o autor, imprensa e nação brasileira são praticamente simultâneas.

Basile (2011) destaca a década de 30 na qual a imprensa conheceu desenvolvimento sem precedentes, verificando-se, em particular nesses primeiros anos, vertiginoso crescimento de publicações nos centros em que já havia tipografias – Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Minas Gerais, Ceará, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás -, aos quais vieram somar, até 1840, Santa Catarina, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe e Espírito Santo.

Esse desenvolvimento da imprensa, segundo Basile (2011), vincula-se intimamente às disputas políticas, à emergência de diferentes projetos políticos e à mobilização da opinião pública. Para ele, a imprensa foi “a arena na qual os debates transcorreram com maior abertura e amplitude, além de franca virulência, facilitados pela relativa liberdade de expressão e pela prática comum do anonimato” (BASILE, 2011, p. 65). Nesse momento, a imprensa periódica ganha papel de destaque.

O desenvolvimento da imprensa periódica tanto no Brasil quanto em Portugal foi impulsionado pela revolução liberal portuguesa e pela lei de liberdade de imprensa, explica Morel (2003). Em relação a Minas Gerais, Silva (2009) afirma que, com a explosão constitucionalista da Revolução do Porto e com a Independência, a nascente elite política liberal lançou mão da imprensa como estratégia de convencimento de seu projeto político. Segundo o autor,

o instrumento da escritura podia construir um conjunto de conceitos e possibilitar a sua retenção pela sua recorrência, nas formas da polêmica e da circulação de ideias. Mas, principalmente, ampliar os círculos de difusão dessas ideias em diversos lugares, simultaneamente, e construir uma opinião pública num determinado sentido. A imprensa surgia, então, como o meio ideal para a construção da “direção intelectual e moral” liberal-moderada (SILVA, 2009, p. 136).

Para Basile (2011), um dos grandes responsáveis pela produção e difusão da cultura política foram os jornais e panfletos, que ultrapassavam até a barreira do analfabetismo, uma vez que os impressos eram habitualmente lidos e comentados em voz alta em público, o que multiplicava seu poder de comunicação. Desta forma, esses

impressos exercem “vigorosa pedagogia política como principais veículos de expressão de ideias e de propaganda das facções concorrentes” (BASILE, 2011, p. 65). Sobre a importância do periodismo no cenário das Regências, Silva (2009) corrobora:

O periodismo representou a ampliação do acesso à leitura e, sobretudo, às ideias em relação à situação colonial. Por meio da difusão do escrito, como instrumento e estímulo do letramento, e pela provável ampliação da “oralização do texto”, a elite liberal logrou atingir setores excluídos de qualquer reflexão sobre o poder (SILVA, 2009, p. 138).

Eram várias as personagens que debatiam, publicam e divulgavam as ideias políticas, fato que reflete a experimentação e abertura da participação política naquele momento. Tal fato contribuía para a ampliação do espaço público. As leituras e críticas de impressos e manuscritos eram feitas em locais como bibliotecas, sociedades políticas, casas e tabernas. A praça pública também participou desse processo, tornando-se um dos locais capazes de incluir, de certa forma, parcelas iletradas da população na vida política. Segundo Moreira (2011, p. 77), “as pessoas comprometidas com a constituição de um ‘espaço público’ mineiro pretendiam estabelecer e conservar um ambiente propício ao debate político, mormente por intermédio dos impressos e da prática da leitura”.

Morel (2005) e Basile (2004) ampliam a noção de *espaços públicos*, mostrando uma população que participava e influía nas decisões políticas, seja pelos debates na praça pública, seja na divulgação de manuscritos e impressos.

Morel (2005) atenta para a polissemia do conceito de *espaço público*. O autor trabalha com três possibilidades: a primeira diz respeito à cena ou esfera pública, onde interagem diferentes atores, e que não se confunde com o Estado; a segunda possibilidade refere-se à esfera literária e cultural, resultante da expressão letrada ou oral de agentes históricos diversificados; por fim, a terceira possibilidade refere-se aos espaços físicos ou locais onde se configuram essas cenas ou esferas.

Além da grande contribuição da imprensa para ampliação do espaço público, seja por meio da disseminação do conhecimento pelos impressos, seja pela implantação das tipografias, que serão trabalhadas com mais vagar adiante, ela também alterou substancialmente o modo como os textos eram lidos e, conseqüentemente, como seu conteúdo era apropriado pelos leitores.

O formato tipográfico representou uma mudança substancial no padrão de leitura que os indivíduos estavam habituados, fossem eles letrados ou iletrados. Mesmo com a inicial familiaridade dos adeptos de uma cultura letrada com os objetos impressos, principalmente com os livros, a população daquele tempo ainda convivia com o manuscrito como forma predominante de registro. Além de ser mais viável economicamente, o manuscrito predominava por não ser submetido a um controle, mesmo que informal, da administração pública, como os impressos eram. Os pasquins, por exemplo, representavam um instrumento mais autônomo que o impresso, uma vez que sua clandestinidade oferecia relativa proteção aos seus escritores, garantindo-lhes o artifício do anonimato.

Embora distintos, afirma Moreira (2011, p. 155), “manuscritos e periódicos poderiam conjugar suas forças, aumentando o potencial do discurso no decorrer da luta política”.

Moreira (2011) expõe que as primeiras tipografias também desempenharam um papel vital na constituição de uma *esfera pública de poder* nas províncias, intervindo com as mais variadas publicações nos combates políticos que orientaram os rumos do Estado Imperial brasileiro no Primeiro Reinado e nas Regências. A seguir, perceberemos essa constituição de uma esfera pública de poder, acompanhando a trajetória das primeiras tipografias e enfocando em alguns produtos de seu prelo.

3 Arte de imprimir em Minas Gerais: as primeiras tipografias

A história da imprensa no Brasil tem seu início oficial em 1808 com a chegada da família real portuguesa. Antes dessa época, toda atividade de imprensa – publicação de jornais, livros ou panfletos – era proibida. Conforme Sodré (1999), a Carta Régia de 1706 determinava o recolhimento e destruição de qualquer modalidade de atividade tipográfica que fosse encontrada, como, também, a punição de seus proprietários. Mesmo assim, em caráter clandestino, algumas impressões foram realizadas na capitania de Minas Gerais, onde a imprensa passou por um processo difícil para se estabelecer.

Houve, de acordo com Moreira (2011), uma experiência ainda nos tempos da Colônia, com a atuação do padre José Joaquim Viegas de Meneses, que construiu uma prensa para a impressão de uma obra laudatória composta por Diogo Pereira de

Vasconcelos em homenagem ao então governador da Capitania de Minas Gerais, o capitão general Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello. Acredita-se que uma prensa existente atualmente no Museu da Inconfidência, na cidade de Ouro Preto/MG, seja a lendária máquina construída pelo artífice mineiro.

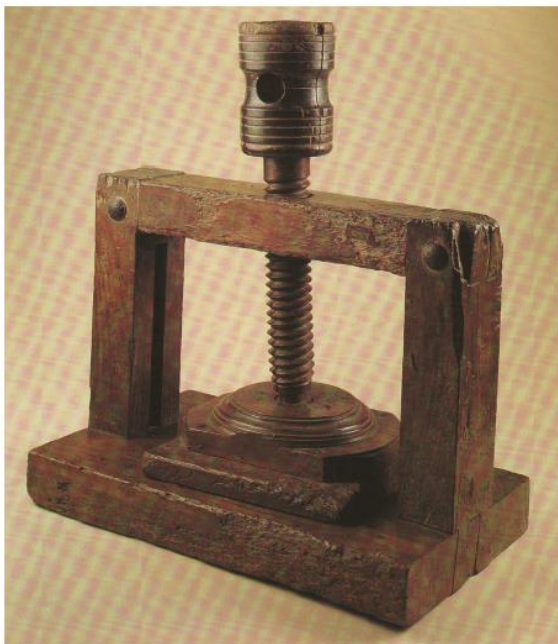


FIGURA 1 – A prensa de Viegas de Menezes: a imprensa mineira nascida rudimentar e artesanal. Prensa de Impressão. Fonte: Banco Safra, 1995, p. 341.

Essa iniciativa de Viegas de Menezes, evidentemente, não constituiu uma tipografia, a qual só apareceu nas Minas Gerais no contexto da Independência. Aos poucos, os poemas laudatórios foram cedendo espaço para a crítica e para a disputa nos periódicos provinciais. Segundo Moreira (2011), a efervescência política estimulava a criação de prelos em pontos distantes do Império, os quais se revelavam poderosos no debate político. Assim, quando os primeiros jornais surgiram em Minas Gerais, as técnicas de impressão ainda eram rudimentares, constituindo-se de tórculos de madeira e de tipos fundidos na própria província.

Ao passo em que as mudanças políticas alteravam a vida da população do Império, a imprensa ganhava novos usos e sentidos. Aos poucos, as tipografias se fizeram presentes no universo cultural brasileiro, tornando-se um dos elementos fundamentais para o processo de transformação da sociedade imperial da primeira

metade do século XIX. Mesmo ao acompanhar as mudanças na vida política do Brasil, a transmissão dos discursos impressos em Minas Gerais enfrentou muitas dificuldades, como a escassez de materiais tipográficos e de profissionais habilitados.

Moreira (2006) esclarece que houve tentativa de instalação de uma imprensa oficial na Província de Minas Gerais em 1822. O secretário de governo Luiz Maria da Silva Pinto tentou organizar uma *Typografia Nacional da Província de Minas Geraes*, da qual era o inspetor. O projeto inicial consistia em imprimir artigos oficiais e notícias variadas. Segundo Araújo (2008), o plano de Silva Pinto não foi adiante, e o que vingou mesmo foi a iniciativa privada nessa área, constituindo-se a *Officina Patrícia de Barbosa e Cia*, de Manoel Barbosa, a única tipografia da província durante certo tempo.

Criada por Manuel José Barbosa Pimenta e Sal, auxiliado pelo mitológico padre Viegas de Menezes, a tipografia Patrícia recebeu esse nome por empregar letras e máquinas construídas na Imperial Cidade de Ouro Preto. Sobre a construção do próprio maquinário pela imprensa mineira, Silva (2009) relata:

Não é sem interesse o fato de a imprensa mineira ter sido fruto do trabalho de oficiais ourives que, desconhecendo a arte tipográfica, despenderam esforços de extraordinária tenacidade, fundindo tipos e o mais necessário para o funcionamento de tipografias [...] (SILVA, 2009, p. 129).

A Tipografia Patrícia ocupava-se primordialmente da impressão de papéis oficiais. No entanto, em 1823, surge, naquele estabelecimento, o primeiro periódico de Minas: *O Compilador Mineiro*. Dessa mesma tipografia surgiu a *Abelha do Itaculomy* em 1824, folha liberal que esteve imersa nos debates acerca do constitucionalismo no Brasil. No ano seguinte, era iniciada a impressão de *O Universal*, o mais longo periódico mineiro do Primeiro Reinado e das Regências.

Além da Tipografia Patrícia, outros estabelecimentos tipográficos foram implantados na Província de Minas Gerais, na década de 20 dos Oitocentos.

De acordo com Frieiro (1955), no mesmo ano que Manuel José Barbosa obtinha licença do governo Imperial para o funcionamento da sua oficina, e antes que esta principiasse a trabalhar, o governo provisório da província instalara na capital uma tipografia vinda do Rio, mas ainda assim com algum tipo fundido na Vila Rica por um hábil artista do lugar, Vicente Ferreira. Administrava a oficina provincial o major Luís Maria da Silva Pinto, que durante várias décadas foi “o principal impressor de Ouro

Preto, já como gerente do estabelecimento oficial, já como editor particular, proprietário da Tipografia de Silva [...]” (FRIEIRO, 1955, p. 392).

Após a tentativa, sem êxito, da instalação da *Tipografia Nacional da Província de Minas Geraes*, Luiz Maria da Silva Pinto não desistiu de seu projeto. Estabeleceu em Ouro Preto, na rua do Carmo nº 26, a *Typographia de Silva*, a qual, além de tipos, também empregava gravuras.

Embora esse novo estabelecimento se ocupasse da impressão de papéis oficiais, como as *Posturas policiaes da Câmara da Leal cidade de Marianna*, impressas em 1829, ele também produzia obras de caráter educativo, destacando-se o *Diccionario da Língua Brasileira* (DLB). Essas publicações indicam o aumento de interesse pela modalidade escrita na Província de Minas Gerais, que, devido à riqueza, passa a ser centro cultural.

Vejamos, a seguir, algumas características dessa obra histórica.

3.1 O Diccionario da Língua Brasileira

O DLB foi a primeira obra impressa no Brasil, mais especificadamente em Ouro Preto – MG, em 1832, pela Typographia de Silva, pertencente ao autor Luiz Maria da Silva Pinto. Segundo o próprio autor, a edição já tinha sido anunciada em 1829. As despesas da edição dessa obra foram custeadas por “assignantes desta, e mais Províncias do Império” (SILVA PINTO, 1832, p. 2).

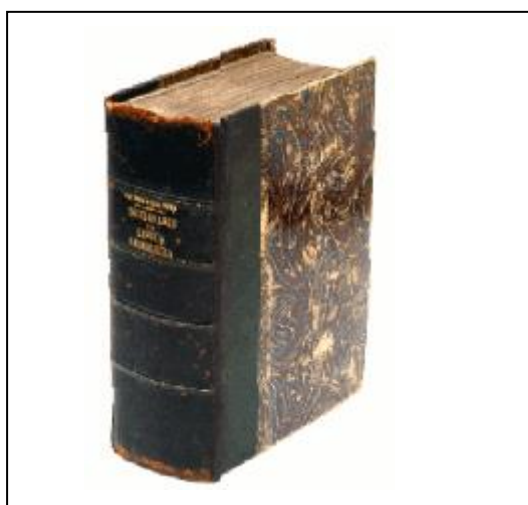


FIGURA 2 – *Diccionario da Língua Brasileira*

Fonte: Brasileira USP⁴

Silva Pinto nasceu em Pilar de Goiás, em 15 de março de 1775, e faleceu em 20 de dezembro de 1869, na antiga Vila Rica, hoje Ouro Preto, aos 94 anos de idade.

O DLB é um dicionário portátil, criado com a proposta de facilitar o manuseio e de garantir um preço mais acessível. O próprio Silva Pinto reconheceu a raridade de dicionários no nosso idioma, embora houvesse outras edições, como a de Antonio de Moraes Silva⁵.

Segundo Frieiro (1955), o DLB caracterizava-se por uma compilação apressada feita pelo próprio impressor, que também editou, para uso das escolas de primeiras letras, outros volumes, a saber: *Ortografia ou Arte de escrever* (1829), *Aritmética ou Arte de Contar* (1831), *Princípios da moral cristã* (1846) e *Gramática brasileira ou arte de falar, conforme as regras de Manuel Borges Carneiro* (1847).

Conforme Silva Pinto (1832, p. 2), o dicionário descreve o “nosso Idioma”, a “Lingua Brasileira”. Numa época de crescente nacionalismo, o autor arriscou mudar o nome da língua de portuguesa para brasileira. Frieiro (1955) ressalta que

embora se intitulasse Dicionário da língua brasileira, nada tinha que ver com a fala dos aborígenes nem com as particularidades da língua corrente no Brasil. Era um pequeno léxico da língua portuguesa, com alguns escassos brasileirismos, colhidos provavelmente em Moraes e Silva (FRIEIRO, 1955, p. 393).

Sobre as lexias que compõem o DLB, Silva Pinto (1832, p. 2) escreve: “cumprira consultar todos os Vocabularios áo alcance, para com effeito dar o da Lingua Brasileira; isto é, comprehensivo das palavras e frases entre nós geralmente adoptadas, e não somente d'aquellas que proferem os Indios, como se presumira”.

Em relação à escolha do título do dicionário, Frieiro (1955) expõe:

[...] achando-se os brasileiros ainda na lua de mel da independência nacional, o espírito nativista, então muito alvoroçado, não se contentava unicamente com a autonomia política: almejava romper todos os laços que ainda nos atavam à repudiada Metrópole, inclusive

⁴ Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/node/392>. Acesso em 20 fev. 2013.

⁵ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813.

o liame infrangível da língua materna. Como não era possível fabricar uma, com peças totalmente novas, chamava-se *brasileira* à língua que, sem deixar de ser a portuguesa, é de qualquer forma também a nossa (FRIEIRO, 1955, p. 393).

Para Silva Pinto (1832, p. 2), a elaboração da obra constituiu-se em um “esforço patriótico”. Ele se mostra como “editor no Ouro Preto” e pede ao público que envie notas sobre os vocábulos omissos e sobre as expressões inexatas. Com isso, observa-se que Silva Pinto tinha consciência da impossibilidade de completude de um dicionário, além de reconhecer que todos os autores são suscetíveis a erros. Sobre a questão da incompletude do dicionário, Nunes (2006, p. 20) expõe que “um dicionário [...] nunca é completo e nem reflete diretamente a realidade, pois ele corresponde a uma projeção imaginária do real: de um público leitor, de uma concepção de língua e de sociedade”.

Apesar do seu caráter de incompletude, o dicionário é uma das fontes por meio das quais se pode resgatar a memória linguística de uma determinada sociedade. Em geral, ele se relaciona com a norma social vigente, num dado recorte sócio-temporal. Conforme Biderman (2001, p. 132), “os dicionários recolhem o tesouro lexical da língua num dado momento da história de um grupo social”.

O DLB oferece rico registro de variantes do português que se usava naquela época. A análise da obra possui, assim, um interesse sociolinguístico. As soluções gráficas e a organização do texto dadas pelo dicionarista garantem vários dados sobre a diversificação da língua portuguesa no Brasil. Por exemplo, é possível encontrar no dicionário: i) prováveis casos de variação fonética – “Garoupa s. f. Peixe. Outros escrevem assim em lugar de garupa”⁶; ii) vocábulos considerados termo baixo – “Homemzarrão, s. m. –ões no plur. (T. baixo.) Homem corpulento”⁷; iii) palavras consideradas inadequadas. Estas eram assinaladas com um asterisco – *Dorosamente adv. por Dolorosamente”⁸; iv) verbetes indicando valores e expectativas quanto ao bom uso da língua – “Cousa, s. f Nome geral de tudo o que há, ou pode haver e nòs concebemos. *Não dizer couza com couza, dizer despropositos. Cousas inconnexas*”⁹; v) exemplos de singularidades do Brasil – “Cajazeiro, s. m. Arvore do Brasil, cujo fructo é

⁶ SILVA PINTO, 1832, p. 533.

⁷ SILVA PINTO, 1832, p. 648.

⁸ SILVA PINTO, 1832, p. 386.

⁹ SILVA PINTO, 1832, p. 229.

o cajá”¹⁰. Além desses dados, há muitos outros, como a própria questão da falta de padronização ortográfica na época – o exemplo iv ilustra bem esse fato – que poderiam ser citados para ilustrar a diversidade da Língua Portuguesa contemplada por Silva Pinto em seu dicionário.

Considerações finais

Com essa breve exposição, procuramos demonstrar a importância dos manuscritos e impressos no Período Regencial para a formação de uma esfera pública de poder. Para tanto, revisitamos sumariamente o período em questão, sob uma ótica mais positiva, reconhecendo-o como momento-chave para a construção da nação brasileira. Como nos lembra Moreira (2011), um clima de opinião, evidenciado em diversos lugares do Primeiro Reinado, progrediu, paulatinamente, para *uma esfera pública de discussão política* nos anos que se seguiram à Abdicação de D. Pedro I. Nesse contexto, os periódicos, principalmente, contribuíram amplamente para essa transformação, interligando sujeitos em diferentes locais.

Além dos espaços tradicionais, casas, tabernas e praças públicas, outros locais compunham o ambiente dessas discussões, nas quais autores e leitores, compostos por significativa parcela da sociedade, podiam compartilhar suas ideias, sejam munidos de manuscritos ou impressos, seja contando com a oralidade, prática essa que possibilitava a inserção dos analfabetos nas rodas de debates. A divulgação e a discussão do pensamento político foram fundamentais para o estabelecimento de uma *esfera pública de poder* na Província de Minas Gerais.

A instalação das primeiras tipografias mineiras também contribuiu para a transformação da sociedade Imperial. Vimos que personagens da história tipográfica mineira produziram, com esforço e materiais próprios, suas máquinas de imprimir. Além disso, outras tipografias foram trazidas da capital do Império. Sem dúvida, esses impressores contribuíram para a divulgação de saberes, de técnicas e de doutrinas, participando ativamente do processo de estabelecimento de um espaço público em terras mineiras.

¹⁰ SILVA PINTO, 1832, p. 182.

Entre essas primeiras casas de impressão, destacamos a Tipografia de Silva, na qual o próprio dono, figura bastante respeitada naquele período, editou, além de obras de caráter oficial, o DLB, considerado a primeira obra lexicográfica impressa no Brasil.

Segundo Moreira (2011), o ato de imprimir conferia capital simbólico àquele que o efetivava, fortalecendo sua atuação no espaço político. Imprimir tornava-se uma prática legitimadora, pelo menos aos olhos daqueles que enalteciam o surgimento dos jornais partidários da mesma causa, o que se explica pelo entusiasmo com que era noticiado o aparecimento de tipografias e periódicos no Império.

Pode-se dizer, a partir do exposto, que a impressão não se resumia à divulgação imediata de discursos. Por trás desses impressos, havia homens que se aventuraram na instalação de tipografias, que enfrentavam várias dificuldades para que seus objetivos fossem alcançados. Além disso, os objetos impressos possuíam sentidos que superavam a simples publicação de opiniões.

Referências

ARAÚJO, Maria Marta. Uma história de precursores e ativistas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XLIV, n.1, jan. – jun. 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.mg.gov.br/files/Arquivopublico/rapm6.pdf>>. Acesso em: 05 março 2013.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial: (1831-1840). In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (orgs.). *O Brasil Imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 2.

BASILE, Marcello Otávio Néri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri (org). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2001.

FRIEIRO, Eduardo. “Um velho dicionário impresso em Minas”. In: _____. *Páginas de crítica e outros escritos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1955. p. 390-397.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas na formação do Estado Nacional Brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835*. São Paulo: Hucitec: 2008 (Apoio FAPEMIG).

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e opinião pública no Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. São José do Rio Preto, SP: Faperp, 2006.

O Museu da Inconfidência. São Paulo: Banco Safra, 1995, p. 341.

SILVA PINTO, Luiz Maria da. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009. (Apoio da FAPEMIG).

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.